



## INTERPELAÇÃO ESCRITA

Ao longo dos 20 anos que se seguiram ao retorno de Macau à Pátria, têm-se registado, no Governo, situações de desperdício de erário público, corrupção e falta de transparência governativa, que têm sido alvo de críticas da população, especialmente no que diz respeito aos contratos das empreitadas de obras públicas. Segundo muitos cidadãos, o Governo está a actuar sem ter em consideração as opiniões do público, a gastar avultados montantes do erário público em projectos incompreensíveis sem divulgar os respectivos pormenores, e a qualidade das obras públicas é insatisfatória. É de salientar que o Decreto-Lei n.º 74/99/M (Regime de empreitadas de obras públicas) contém muitas lacunas, o que tem resultado, ao longo dos últimos 20 anos, em casos de corrupção e abusos de poder em proveito próprio.

É ainda de salientar que a adjudicação dos projectos de investigação a instituições privadas e universitárias por parte do Governo implica sempre avultados montantes do erário público e falta de transparência, levando a população a pensar que o Governo está habituado a actuar à porta fechada. Segundo a resposta do Governo ao meu pedido de informações datado de 3 de Julho de 2020, no período entre 2015 e 2019, o Governo gastou avultados montantes do erário público em estudos, inquéritos, relatórios e outros projectos de natureza semelhante, realizados por instituições privadas e universitárias; o que é ainda mais surpreendente é que, ao longo destes cinco anos, a percentagem de divulgação dos projectos de adjudicação referidos,



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

por parte do Governo na sua página electrónica, diminuiu de 16,88% em 2015 para 8,16% em 2019. Por outras palavras, nos últimos 5 anos, quase 90% dos projectos de investigação não foram divulgados, e foram gastos cerca de mil milhões de patacas do erário público, o que é um grande desperdício. Segundo os cidadãos, isto é inaceitável, e questionam se o erário público não terá sido mesmo desperdiçado. Por outro lado, como falta um regime de fiscalização, será que o Governo despendeu erário público em trabalhos desnecessários? Como é que se vai apurar se se trata de desperdício do erário público? A população não conhece os pormenores, nem os preços das adjudicações, nem os resultados dos projectos de investigação, podendo então afirmar-se que os mesmos se tornaram num “buraco negro sem fundo”.

É de salientar também que esta situação não é uma novidade, tem-se registado ao longo dos 20 anos que se seguiram ao retorno de Macau à Pátria. Segundo o Relatório de auditoria de resultados sobre os “Serviços adjudicados de consultoria, de estudos e de sondagens de opinião” divulgado pelo Comissariado de Auditoria em 2016, a Direcção dos Serviços para os Assuntos de Tráfego ignorou, sem qualquer fundamento razoável, os procedimentos designados, e no período de três anos e meio, compreendido entre o início de 2010 e meados de 2013, foram realizados 9 estudos preliminares sobre a política de transportes e foram gastos mais de 31,45 milhões patacas do erário público. Tudo isto faz com que os cidadãos sintam que o seu direito à informação está a ser usurpado e que o Governo é



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

irresponsável e está a desperdiçar, de forma flagrante, o erário público, e a ignorar a opinião pública.

**Assim sendo, interpelo o Governo, solicitando que me sejam dadas respostas, de uma forma clara, precisa, coerente, completa e em tempo útil, sobre o seguinte:**

1. No programa político eleitoral do actual Chefe do Executivo está explícito que se vai “Implementar a transparência dos assuntos do governo e melhorar a qualidade na tomada de decisões”, ora, naturalmente, a “transparência dos assuntos do governo” inclui a publicitação dos estudos, inquéritos, relatórios e outros projectos acima referidos, de natureza semelhante e realizados por instituições privadas e universitárias. Já que o actual Chefe do Executivo se debruçou sobre a importância da publicidade e transparência, o Governo deve criar uma página electrónica específica para a publicitação dos pormenores dos diversos estudos adjudicados a instituições privadas e universitárias, incluindo os pormenores das sondagens, o preço das adjudicações, a calendarização e os resultados das sondagens (todos os documentos originais) e, num curto espaço de tempo, aumentar significativamente a percentagem de publicitação dos estudos referidos, a fim de garantir o direito à informação, a fiscalização e a transparência das acções governativas dos cidadãos. O Governo vai fazê-lo?



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

2. Recentemente, o Chefe do Executivo anunciou publicamente que, devido ao impacto da Covid-19, tinha exigido a redução das despesas a todos os serviços públicos. No entanto, só nos últimos cinco anos, foram gastos cerca de mil milhões de patacas do erário público em consultas públicas, estudos, inquéritos adjudicados a instituições privadas e universitárias. Perante isto, o Governo deve reduzir as despesas com a adjudicação de serviços, a fim de alcançar o objectivo de racionalizar o uso do erário público. Vai fazê-lo?
  
3. Aquando da tomada de posse do actual Chefe do Executivo, este criticou publicamente o ex-Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura pelo desperdício de erário público. Face à referida situação e tendo em conta os cerca de mil milhões de patacas investidos em estudos, inquéritos, relatórios e outros projectos de natureza semelhantes realizados entre 2015 e 2019 por instituições privadas e universitárias, o Governo deve apurar se houve desperdício do erário público nesses projectos e imputar as devidas responsabilidades aos dirigentes respectivos. Vai fazê-lo?

**O Deputado à Assembleia Legislativa,**

**José Maria Pereira Coutinho**

17 de Julho de 2020